

<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1094/noticias/o-ministro-joaquim-levy-encolhe-e-a-crise-aumenta>

São Paulo — Até recentemente, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, era o homem forte do segundo mandato de Dilma Rousseff. Não era de esperar outra coisa de alguém cuja missão é reconduzir a política econômica aos trilhos da disciplina fiscal. Levy foi o artífice de medidas de ajuste e tornou-se o principal responsável por negociar sua aprovação num Congresso Nacional hostil ao governo.

Sua figura, porém, ficou abalada após a redução da meta de economia fiscal a quase nada e a admissão de que será aceitável até um déficit. A revisão representa o reconhecimento de que o ajuste está sendo mais difícil do que o esperado e terá de ser prolongado, uma consequência, sobretudo, das dificuldades que o governo enfrenta na política.

A seguir, as respostas a oito questões essenciais mostram que a crise vai demorar a passar — pode vir por aí a pior recessão do país em muitas décadas. A conclusão: é bom se preparar.

A crise política pode complicar ainda mais a economia?

Sim. Num governo que, talvez como nunca antes se viu neste país, carece de confiança, foi frustrante o resultado da mais recente providência para tentar ganhar a credibilidade dos investidores. Fazia tempo que os analistas econômicos e, provavelmente, gente do próprio governo diziam que a meta de gerar um superávit primário de 1,1% do PIB até o fim do ano estava esmaecendo.

Nos últimos dois meses, ganhou corpo uma onda pela revisão do objetivo para menos. Os defensores da proposta diziam que a admissão da dificuldade aumentaria a fé no governo. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o homem responsável pelo ajuste fiscal, era contra. Para ele, seria preciso buscar, até o último dia do ano, o resultado mais próximo possível da meta.

Com isso, o país seria recompensado com a manutenção do selo de pagador confiável pelas agências que classificam o risco da dívida. Mas, em 22 de julho, Levy e o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, anunciaram que o ajuste fiscal, que a princípio duraria dois anos, agora vai se estender até 2018. E que a meta do superávit nas contas caiu de 1,1% para 0,15% do PIB em 2015, só chegando a 2% em 2018.

A medida teve efeitos econômicos e políticos. No primeiro caso, provocou decepção e instabilidade nos mercados. Nos quatro primeiros dias pós-anúncio da mudança, o dólar acumulou alta de 2,5% e foi a 3,36 reais. O pano de fundo: cresceu a expectativa de um rebaixamento da nota de crédito soberano (veja mais na pág. 102). Na esfera política, o dano pode ter sido maior.

Com a decisão de cortar a meta fiscal, a presidente Dilma Rousseff chamou o principal nome de seu ministério — Levy chegou a ser chamado de “primeiro-ministro”. “Ninguém duvida da competência do Levy, mas a revisão da meta provoca um ajuste de expectativas em relação ao que ele pode fazer”, diz Zeina Latif, economista-chefe da corretora XP Investimentos.

Ou seja, na visão de muitos analistas e investidores, o poder do ministro encolheu. E com ele minguou a capacidade de o governo arrumar as contas. O que se viu em seguida foi uma mobilização de Dilma para tentar convencer a todos que Levy continua firme no posto. Ele também saiu a campo para passar a

mensagem de que não jogou a toalha e que a perseguição da austeridade continua.

“O ministro Levy ainda goza de credibilidade e sua saída seria muito malvista pelo mercado”, diz Edwin Gutierrez, chefe de mercados emergentes da gestora britânica Aberdeen, dona de 13 bilhões de dólares investidos no Brasil. De outro lado, a opção da presidente, segundo seus apoiadores, pode ajudar na recuperação de popularidade — a aprovação de Dilma nas últimas pesquisas de opinião ficou abaixo de 8%.

“Se o governo não revisasse a meta, teria de fazer um esforço fiscal tão grande que paralisaria ainda mais os projetos”, diz o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP). “E isso pioraria a situação política.” Numa situação normal, esse raciocínio de evitar o sacrifício poderia até fazer sentido. Mas, no quadro atual do país, a licença para gastar mais pode ter efeito contrário ao pretendido pela base petista.

O aumento do pessimismo visto nos últimos dias indica que a insegurança cresceu — e não é razoável esperar que investidores e empresas se sintam mais animados a tirar projetos da gaveta e revertam a trajetória de queda do emprego e da renda. “Dilma não foi eleita com a plataforma de ajuste fiscal. É difícil para ela deixar o ministro Levy como protagonista do governo”, diz Carlos Ari Sundfeld, professor de direito na Fundação Getúlio Vargas. “Mas a corrosão dos indicadores econômicos é forte. Podemos chegar a um ponto em que o ministro Levy será a última esperança de manter o governo de pé.”

O risco de interrupção prematura do mandato ainda está em torno de 30%, segundo consultorias políticas. Mas Dilma está prestes a ter a contabilidade de 2014 julgada pelo Tribunal de Contas da União e é considerada provável a reprovação das manobras apelidadas de pedaladas fiscais. O perigo cresceu também com a ida do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para a oposição.

Depois de ser envolvido na Operação Lava-Jato, ele partiu para o ataque. Cunha já colocou o que pode ser um imenso bode na sala do governo: uma comissão para investigar os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A oposição de Cunha e de parte do Congresso pode dificultar a aprovação de projetos do governo, como o de desoneração da folha salarial.

Sem falar na instabilidade gerada pela evolução da Operação Lava-Jato, agora já se embrenhando no setor elétrico. “A crise política, mesmo que não leve a um impeachment, prejudica a governabilidade”, diz Fernando Schuler, cientista político da escola de negócios Insper. “Nessa situação, o máximo que a presidente consegue é sobreviver até o final do mandato, sem aprovar reformas.” Ruim para o Brasil.

A mudança no ajuste fiscal pode levar ao rebaixamento da nota do Brasil?

Sim. O risco cresceu. O anúncio feito no fim do ano passado de que Joaquim Levy assumiria o Ministério da Fazenda parecia, por um tempo, ter afastado essa possibilidade. Sua nomeação pelo menos abria a perspectiva de que a economia seria conduzida por um caminho mais responsável. Muitos analistas viam nele um avalista da promessa de que as contas públicas se ajeitariam.

Mas hoje, mesmo com Levy, aumenta o risco de o Brasil deixar de ser visto como integrante do time dos bons pagadores e passar para o dos devedores pouco confiáveis. No dia 28 de julho, a Standard & Poor's, uma das principais agências internacionais de classificação de risco de dívida, alterou a perspectiva da nota soberana brasileira de estável para negativa.

Significa que o Brasil, apesar de ainda estar no patamar mais baixo dos países que detêm o chamado grau de investimento, pode ser rebaixado numa próxima revisão — cairia, então, para o nível em que os investimentos são considerados especulativos.

A mudança para pior veio da constatação de que o governo, às voltas com uma crise política e investigações de corrupção, enfrenta dificuldades maiores do que as previstas meses atrás. E que, por isso, a recuperação da economia vai demorar mais do que o esperado. A aposta é grande de que a Moody's, outra agência de análise, siga o mesmo rumo nos próximos dias.

Para muitos analistas, a perda do grau de investimento passou a ser algo certo. "A S&P deu um sinal forte de que pode rebaixar o Brasil ao status de grau especulativo em 2016", diz João Pedro Ribeiro, estrategista para o Brasil do banco japonês Nomura.

Consequência: muitos dólares aqui aplicados podem deixar o país, pressionando o câmbio e a inflação e levando o Banco Central a elevar ainda mais os juros — algo que a instituição já sinalizou.

O fato é que Levy não conseguiu evitar um golpe duro na confiabilidade do país por parte dos investidores: o abandono da meta original de poupar 66 bilhões de reais para amortizar juros da dívida pública em 2015 — o chamado superávit fiscal, que deveria ser equivalente a 1,1% do PIB. O governo se dará por satisfeito se poupar 8,5 bilhões de reais, ou 0,15% do PIB.

E abriu brecha para fechar o ano com déficit de até 0,3%. A meta de fazer um superávit primário de 2% do PIB em 2016 foi postergada para 2018. "Admitir a realidade é louvável, mas não muda o fato de que o governo falhou no ajuste", diz o economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central. "Sem isso, a economia brasileira não vai se recuperar."

Outro sinal ruim veio das projeções para a dívida bruta do setor público. Segundo cálculos do governo, o endividamento chegará a pouco mais de 65% do PIB em 2018. Bancos e consultorias, porém, apontam que a dívida bruta deve subir até a faixa de 70% a 80% do PIB.

A dificuldade do ajuste fiscal decorre da armadilha em que o governo se meteu. A primeira meta do ajuste foi baseada num cenário de atividade e de arrecadação de impostos otimista demais. A expectativa era que as receitas da União crescessem 5,6%. Mas, de janeiro a junho de 2015, a arrecadação foi 3% menor do que no primeiro semestre do ano passado.

A queda na arrecadação é uma seqüela da baixa atividade econômica. Um exemplo vem do setor automotivo. A queda de 20% na produção de carros neste ano fez com que as montadoras recolhessem, no primeiro semestre, 7% menos imposto do que no mesmo período de 2014.

"O governo pode elevar impostos e criar tributos", diz Mônica de Bolle, economista do Peterson Institute, de Washington, nos Estados Unidos. "Isso não resolve se a economia desacelera." Outra forma de produzir o ajuste seria com o corte de despesas. Mas o governo tem gastos engessados e falta vontade política para mudar esse estado de coisas.

A saída fácil acaba sendo reduzir os investimentos. O que torna a situação mais complicada é a relação do Executivo com o Congresso. Em vez de ajudar a cortar, deputados e senadores têm atuado para encorpar os gastos públicos, que avançaram 0,2% em 2015. Outro indicador da dificuldade é a conta dos juros. Quanto mais o governo gasta, maior é o esforço do Banco Central para conter a inflação.

Os juros sobem. E isso custa caro: nos 12 meses encerrados em maio, o serviço da dívida demandou 410 bilhões de reais, 20 vezes o orçamento anual do Bolsa Família. Há quem diga que a discussão a respeito do ajuste fiscal que será feito em 2015 não toca nos problemas mais graves do país.

“O governo precisa rever a estrutura dos gastos públicos para não depender de receitas esporádicas ou de corte de investimentos”, diz o economista Marcos Lisboa, presidente da escola de negócios Insper. Um estudo feito por Lisboa junto com os economistas Samuel Pessoa e Mansueto Almeida mostra que as despesas do governo podem crescer 20 bilhões de reais por ano até 2030 se a tendência atual perdurar.

Caso nada seja feito, a carga tributária terá de crescer para evitar um estouro no déficit público. No atual cenário, é cada vez mais difícil o país continuar a ser considerado uma boa opção de investimento.

Quando os investimentos serão retomados e a economia voltará a crescer?

É bom se preparar: a espera deve ser longa. Antes de mais nada, é preciso considerar que passamos por um ajuste cujo objetivo não é dar início a um ciclo de expansão. As medidas miram três alvos: conter a escalada da dívida pública, estancar a inflação e reduzir o rombo nas contas externas. “O ajuste deverá durar pelo menos dois anos”, diz Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB.

E com viés de piora: assim como a política, a economia é outra área em que as notícias têm decepcionado ao longo dos meses. Agora a expectativa é que a queda do produto interno bruto em 2015 esteja na casa dos 2%. Recentemente, o banco Itaú refez sua previsão de variação do PIB neste ano, para -2,2%. O Bradesco também revisou o prognóstico, para -2,1%.

A piora deste ano contamina as expectativas para 2016. Segundo o Itaú, a economia deverá cair 0,2% no próximo ano. Até um mês atrás, a projeção era de alta de 0,3%. O banco francês BNP Paribas, que estima quedas no PIB de 2,5% e 0,5%, em 2015 e 2016, respectivamente, deu o seguinte título a um relatório recente: “Crescimento brasileiro — te vejo em 2017”.

Por mais estranho que pareça, o título do relatório do BNP contém certa dose de otimismo ao apontar crescimento em 2017. Ainda é cedo para qualquer afirmação, mas a verdade é que nada, por ora, indica que o ano de 2017 será de desempenho positivo.

O economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, qualifica a atual recessão assim: não deve ser tão profunda na comparação com crises muito agudas no passado, mas, superado o pior, não se espera uma volta rápida nem vigorosa. Na pior retração dos últimos 50 anos, entre 1981 e 1983, que durou nove trimestres, o PIB caiu 8,5%.

O baque foi seguido por 17 trimestres de expansão ininterrupta, que, acumulada, fez a produção nacional aumentar 30% até 1987. Situação parecida ocorreu na crise provocada pelo confisco da poupança promovido pelo ex-presidente Collor: a queda de 7,7% no início dos anos 90 foi seguida por alta de 20%. E mesmo o recente tombo de 2009 deu lugar a um crescimento “chinês” de 7,5% em 2010.

“Desta vez, a queda vai ser menos profunda, mas mais longa”, afirma Pastore. “E a recuperação será igualmente lenta.” Ou seja, não convém sonhar com um avanço acima de 3% após o pior da crise passar, seja lá quando for. O banco Santander projeta crescimento de 2% de 2017 a 2020. Um cenário pouco animador.

O fato é que a economia brasileira carece de motores para dar partida a um novo período de crescimento. Os propulsores que mantiveram o avanço do PIB até 2010 — exportação de commodities a preços altos e expansão do consumo doméstico via aumento de renda e crédito — não existem mais.

“Para o Brasil voltar a crescer a uma taxa de 4%, é preciso aumentar o investimento e a produtividade”, diz a economista Silvia Matos, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas. O que está por trás dessa ideia é um conceito de crescimento potencial, isto é, quanto o PIB pode crescer sem provocar pressões inflacionárias.

É como o limite de potência de um motor que, se sobrecarregado, pode estourar. Nos cálculos da consultoria Tendências, hoje a economia brasileira tem capacidade para crescer no máximo 2,5% ao ano sem pressionar a inflação. Nas contas de Pastore, o potencial não passa de 1,5% ao ano. O problema é que, por enquanto, há poucos sinais de melhora dessa situação.

A consultoria Tendências projeta uma queda de 0,9% na produtividade em 2015. E a retomada dos investimentos depende da confiança dos empresários. Em julho, o índice de confiança medido pela Confederação Nacional da Indústria chegou ao menor patamar desde o início da série histórica, em 1999.

A Tendências prevê redução de 13% no total de investimentos no país em 2015. E atenção: a baixa vem na sequência de uma queda de 4,4% em 2014. Por enquanto, muitos projetos seguem engavetados. Um exemplo: a petroquímica Innova tem plano de aplicar 300 milhões de dólares para dobrar para 540000 toneladas por ano sua capacidade de produção de estireno em Triunfo, no interior do Rio Grande do Sul.

O material é um insumo para a manufatura de componentes plásticos usados em bens como os eletrodomésticos — um mercado que está se contraindo. “Não temos previsão para começar esse investimento”, afirma Flávio Barbosa, presidente da Innova. “No momento, a demanda está fraca e o financiamento ficou caro.”

No fim, o que resta é atraso no desenvolvimento. Uma forma de medir isso é pela diferença entre o que o Brasil poderia ter crescido — se tivesse realizado seu potencial — e o número efetivamente alcançado. Assim, em 2014, quando o PIB cresceu 0,1%, o país perdeu 2,4 pontos — considerando que o potencial seria de expandir 2,5%.

Só com a frustração do crescimento neste ano e em 2016 o Brasil deixaria de gerar 350 bilhões de reais de riqueza. O efeito é queda no PIB per capita, que foi de 13200 dólares em 2011 e poderá chegar a 8500 dólares em 2018. A realidade: por ora, o país está na rota para ser uma economia menor — e os brasileiros, para ser mais pobres.

Qual é o desempenho esperado dos principais setores de atividade?

Poucos setores atravessarão bem a crise atual. Um dos que podem conseguir a proeza é o de sempre: o agronegócio. A estimativa é que o PIB do campo cresça 3,4% neste ano. “Nossa agropecuária é competitiva no mundo e há demanda para os alimentos produzidos aqui”, diz Luis Oliveira, sócio da consultoria Bain.

Já a indústria brasileira, de modo geral, vai apanhar mais. Os fabricantes de máquinas projetam faturar 85 bilhões de reais no ano, 11% menos do que em 2014. As montadoras de carros estão entre as empresas mais atingidas pela crise: suas vendas devem cair 18% em 2015, segundo cálculos da consultoria Jato Dynamics. A projeção é que o mercado fique abaixo do volume de 2014 pelo menos até 2019.

A venda de imóveis residenciais declina com o aperto no crédito e a fraqueza no mercado de trabalho. Na capital paulista, deverão ser vendidos 18400 imóveis neste ano, 15% menos do que em 2014. O varejo sofre igualmente com o recuo do crédito e da renda. Um exemplo é o que está ocorrendo no comércio de produtos como geladeiras, um dos que mais brilharam na fase do consumo turbinado.

A rede de eletrodomésticos mineira Zema, com 516 lojas Brasil afora, viu retrain as vendas 12% no terceiro bimestre de 2015 — a expectativa é fechar o ano com receita 5% inferior à de 2014. Caso isso se confirme, ainda será um resultado acima da média, pois a queda prevista nas vendas de móveis e eletrodomésticos é de 15%.

“O mercado só deve melhorar na segunda metade de 2016”, diz Romeu Zema Neto, diretor-geral da Zema. A retração já chega aos supermercados, normalmente um dos últimos baluartes do consumo.

A previsão é que o faturamento do setor caia 1% no ano. A empresa de pesquisas Nielsen detectou variação negativa no volume de vendas de todas as categorias que acompanha nas gôndolas, de bebidas a itens de limpeza. Na infraestrutura, além da incerteza sobre o futuro das construtoras envolvidas na Operação Lava-Jato, ninguém sente firmeza no plano de concessões lançado em junho pelo governo.

Para a consultoria InterB., o investimento em infraestrutura deverá chegar a 2019 ainda na casa de 120 bilhões de reais, 10% abaixo do realizado no ano passado.

Até que ponto o nível de desemprego vai aumentar?

O número de brasileiros sem trabalho vai aumentar muito. As projeções indicam que a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país, que era de 6,9% em junho, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, poderá chegar a 9% em 2016.

No país inteiro, há hoje 8,2 milhões de pessoas procurando emprego — o maior número desde 2012, quando o IBGE começou a publicar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Deverão ser fechados em 2015 perto de 900000 postos de trabalho, nas contas da consultoria GO Associados.

No primeiro semestre, o país perdeu 345 000 empregos formais, segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego — destes, 111 000 só em junho, o pior resultado para o mês desde 1992. A construção é o setor que mais deverá cortar postos. A projeção é que as construtoras reduzam o quadro de 3,3 milhões para 2,8 milhões de trabalhadores neste ano.

Com isso, o nível de emprego no setor voltará ao patamar de 2010. Num horizonte de dois anos, não há cenário de recuperação do mercado de trabalho. Mas poderia ser ainda pior. Muitas empresas estão entrando em acordo para diminuir os salários e a jornada de trabalho e, assim, evitar as dispensas.

“Custa caro demitir e, por isso, os empresários tentam fazer esse tipo de negociação com o pessoal”, diz Rodrigo Leandro de Moura, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. É o caso da Brasmetal, indústria de aços laminados de Diadema, na Grande São Paulo. A empresa fechou recentemente um acordo para diminuir 10% dos salários durante seis meses.

Nesse período, os funcionários vão ficar um dia da semana em casa. Ficou combinado ainda que em 2015 não haverá reajuste salarial. A participação no lucro só voltará a ser paga quando as vendas retomarem o nível de 2013 — o faturamento deste ano deverá ser 30% menor que o de 2014.

O acerto evitou a demissão de 30 dos 350 funcionários, segundo um executivo da empresa que prefere não ser identificado. A redução de jornada e de salário também está sendo usada pela siderúrgica Usiminas. Desde junho, entraram no esquema sete unidades da companhia em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

Mais duas unidades da Usiminas deverão negociar um acordo similar com os sindicatos em breve. Ao final do processo, cerca de 3000 funcionários administrativos ficarão um dia da semana sem trabalhar e receberão até 15% menos durante seis meses. Tudo isso, porém, tem um efeito colateral: a massa salarial está declinando.

Dados da consultoria Austin Rating mostram que o valor total pago em salários no país, que havia subido 2,5% em termos reais em 2014, deverá cair 0,5% neste ano. Um programa lançado pelo governo no início de julho prevê beneficiar os trabalhadores que aceitarem acordos. Pelo plano, o Fundo de Amparo ao Trabalhador vai arcar com parte do salário de quem tiver a jornada reduzida.

Com a medida, o governo espera conter os desembolsos crescentes com o seguro-desemprego — a estimativa é que o custo do programa para os cofres públicos chegue a 112 milhões de reais em seis meses, menos do que os 191 milhões que seriam gastos com o pagamento de benefícios aos trabalhadores que, sem a ajuda, seriam demitidos.

“A medida pode evitar que as contribuições à Previdência diminuam, mas o rombo no Fundo de Amparo ao Trabalhador, que já é deficitário, aumentaria”, diz o economista José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia. Segurar o desemprego, porém, vai ser quase impossível.

O que vai acontecer com o consumo?

Para deixar claro, caso alguém ainda não esteja convencido disto: o modelo de crescimento baseado no estímulo ao consumo não tem chance de retorno. Até recentemente, o aquecimento no mercado de trabalho, os ganhos salariais generosos e o crédito fácil impulsionavam as vendas.

Esses tempos ficaram para trás. O aumento do desemprego contém os salários e, ao mesmo tempo, o crédito minguou: o estoque de empréstimos do sistema financeiro brasileiro deve crescer 5,2% neste ano — metade da expansão registrada no ano passado.

O resultado de tudo isso é que o poder de compra dos consumidores brasileiros, que vinha em expansão desde 2004, deverá cair 6,1% em 2015, segundo as contas da consultoria Tendências — para o ano que vem, o crescimento esperado é de apenas 0,7%.

Para piorar, o ajuste das contas públicas em curso também fez o governo retirar incentivos fiscais que até o ano passado ajudavam a inflar as vendas de carros e eletrodomésticos. Há uma nova realidade se impondo. Na última década, o consumo no Brasil cresceu a uma taxa duas vezes maior do que a do PIB. Agora, essa expansão será mais condizente com a da economia como um todo.

“Daqui por diante, os brasileiros vão consumir na mesma medida em que avançar a produção do país”, afirma o economista Adriano Pitoli, sócio da Tendências. De acordo com a consultoria, as vendas no varejo aumentaram quase 8% ao ano de 2003 a 2013.

No ano passado houve queda de 1,7% e, em 2015, a projeção é de um novo tombo, de aproximadamente 7%. De 2016 a 2019, a evolução deverá ser modesta, na faixa de 2% ao ano. A festa acabou mesmo.

As exportações vão crescer?

Sim, mas devagar. A expectativa da maioria dos analistas é que o dólar chegue ao fim do ano valendo de 3,20 a 3,50 reais. Isso pode, evidentemente, mudar — ainda não se sabe, por exemplo, quando a taxa de juro começará a subir nos Estados Unidos. Mesmo com a desvalorização do real, porém, até agora não há perspectivas de grande melhora nas exportações.

A Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) prevê que as vendas externas fechem o ano em 196 bilhões de dólares, 13% menos do que em 2014. A principal razão é a queda nos preços de itens como grãos, minérios e petróleo, responsáveis por 45% da receita das exportações.

De janeiro a junho, as vendas caíram 15%, mas as importações diminuíram ainda mais: 18%. Assim, a balança comercial melhorou, registrando saldo de 2,2 bilhões de dólares — no mesmo período do ano passado, houve déficit de 2,5 bilhões.

Isso significa que pelo menos no front externo o Brasil já colhe um dado melhor — segundo o banco Itaú, o déficit da conta-corrente com o exterior deverá cair de 4,4% do PIB, em 2014, para 4,1%, neste ano. Em relação às exportações, a expectativa para os próximos dois anos é de recuperação modesta.

Na análise do banco Santander, só em 2017 o Brasil deverá superar a receita com vendas externas obtida no ano passado.

A dificuldade em vender lá fora se deve em boa medida ao nosso isolamento. Nos últimos anos, países como Colômbia e Peru assinaram acordos de livre comércio que garantem a seus produtos acesso privilegiado a mercados tradicionais do Brasil, como a União Europeia.

Fechar acordos semelhantes só voltou a fazer parte da agenda brasileira recentemente — em junho, a presidente Dilma conversou com o presidente Barack Obama sobre medidas para facilitar o comércio Brasil-Estados Unidos.

“Muitas empresas que integram cadeias produtivas globais já investiram em outros países da América do Sul”, diz Marcos Troyjo, diretor do BRICLab, centro de estudos da Universidade Colúmbia, nos Estados Unidos. Não é só isso. A rentabilidade das exportações, medida pela Funcex em relação ao custo de produção, caiu 15 pontos percentuais desde 2003.

A piora se deve à alta dos custos de energia e logística e a aumentos salariais acima dos ganhos de produtividade. Setores que já obtiveram boa parte do faturamento no exterior perderam mercado nos últimos anos. Um exemplo é a Alfagrês, indústria cerâmica de Rio Claro, no interior paulista.

“Deixamos de atender clientes da África do Sul, que passaram a comprar de fornecedores europeus e asiáticos”, diz Benjamin Ferreira Neto, presidente da Alfagrês. Elevar a produtividade é o caminho mais firme para retomar espaço no exterior. É o que está fazendo a fabricante de calçados infantis Pimpolho, de Vila Velha, no Espírito Santo.

“Automatizamos a produção para cortar 40% do custo”, diz Ricardo Brito, diretor comercial da empresa. “E estamos começando a vender no site da Amazon.” A Pimpolho espera que em 2015 a exportação gere 10% de sua receita, de 140 milhões de reais, o dobro da fatia do ano passado. Em 2016, um quinto da receita externa deverá vir do mercado americano — o único, por ora, com perspectiva de comprar mais do Brasil.

A falta de água e de energia pode voltar a assombrar?

No médio prazo, sim. A situação do abastecimento de água e de energia melhorou. As represas da Cantareira e de Guarapiranga, que abastecem a cidade de São Paulo, estão um pouco mais cheias do que há um ano. A população colabora: o consumo por habitante hoje é de 120 litros por dia, 25% menos do que em 2013.

No Rio de Janeiro, o sistema Paraíba do Sul tem água acumulada para nove meses, o que permite esperar até o próximo período chuvoso. Mas o cenário não é confortável. "Vamos depender das chuvas do verão de 2016 para descartar um racionamento de água no ano que vem", diz Marcos Freitas, coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No caso da energia elétrica, a recessão já diminuiu o consumo em 3%, compensando parte dos atrasos nas obras de geração e transmissão — e reduzindo o risco de racionamento. O Ministério de Minas e Energia calcula que o Brasil chegará ao ano de 2023 com sobra de 3700 megawatts médios na oferta em relação à demanda.

"O problema é que essa folga sempre acaba sendo menor", diz Fábio Cuberos, gerente da consultoria Safira Energia. "Precisamos dar agilidade aos empreendimentos para não termos problemas quando o crescimento for retomado." O aumento de preços também ajuda a conter o consumo.

O Instituto Acende Brasil estima que, até o fim do ano, a conta de luz fique, em média, 50% mais cara do que no ano passado. Nem todos, porém, pagarão esse tanto a mais. Desde o início de julho, está em vigor uma medida que renovou por 22 anos o subsídio à tarifa de 12 grandes empresas no Nordeste, entre elas Vale, Braskem e Gerdau.

Quem não faz parte desse grupo reclama. "É um privilégio absurdo, que prejudica as demais indústrias, como a nossa", diz Gerhard Schultz, presidente da Produquímica, fabricante de químicos com sede em São Paulo. Mais uma vez, o governo cria desequilíbrio no setor.